

**DE LEIS MORAIS À FIDELIDADE ÍNTIMA, PERCURSOS DA ÉTICA
FROM MORAL LAWS TO INTIMATE LOYALTY, COURSES OF ETHICS**

José Mauricio de Carvalho ¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3534-5338>

RECEIVED /RECEBIDO 28/01/2020 FEV 2020

APPROVED/APROVADO 04/02/2020 FEV 2020

PUBLISHED /PUBLICADO 08/02/2020 FEV 2020

Editor Responsável: Carla Caldas

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN: 2316-8080

Prefixo do DOI: 10.16928

Resumo

Apresenta-se aqui a forma como se desenvolveu o debate ético no ocidente. Trata-se de assunto com duas fontes bem definidas, a tradição bíblica e a filosófica herdada da antiga Grécia. Na medida em que a vida renovou os problemas de convivência foram necessários ajustes e desenvolver as teses do movimento inicial o que se procura mostrar destacando o surgimento de diversos modelos éticos no ocidente. Como não é possível abordar todos esses modelos num artigo recortam-se os que parecem mais relevantes. Essa leitura histórica do processo reflete a compreensão culturalista de que os modelos propostos representam a atualização de valores em resposta aos problemas filosóficos da tradição e aos desafios que a história impôs à sociedade.

Palavras-chave: Ética. Moral. Tradição filosófica

Abstract

Here is how the ethical debate in the West developed. It is a subject with two well-defined sources, the biblical and philosophical tradition inherited from ancient Greece. As life renewed the problems of coexistence, adjustments were necessary and the theses of the initial movement were developed, which is sought to show by highlighting the emergence of various ethical models in the West. As it is not possible to address all of these models in an article, the ones that seem most relevant are cut out. This historical reading of the process reflects the culturalist understanding that the proposed models represent the updating of values in response to the philosophical problems of tradition and the challenges that history has imposed on society.

Key words: Ethic. Moral. Philosophical tradition

Résumé

Voici comment c'est développé le débat éthique en Occident. C'est un sujet aux deux sources bien définies, la tradition biblique et philosophique héritée de la Grèce antique. Au fur et à mesure que la vie renouvelait les problèmes de coexistence, des ajustements étaient nécessaires et les thèses du mouvement initial se développaient. Comme il n'est pas possible d'aborder tous ces modèles dans un article, ceux qui semblent les plus

¹ Professor do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, Professor titular aposentado da UFSJ, e-mail: josemauriciodecarvalho@gmail.com; lattes.cnpq.br/0631305118814377; Orcid: 0000-0002-3534-5338.

pertinents sont mis en évidence. Cette lecture historique du processus reflète la compréhension culturaliste que les modèles proposés représentent la mise à jour des valeurs en réponse aux problèmes philosophiques de la tradition et aux défis que l'histoire a imposés à la société.

Mots-clés: Éthique. Morale. Tradition philosophique

1 Considerações iniciais

Ao considerar o percurso da ética assumimos a inevitável dimensão histórica de sua edificação e inserção na tradição filosófica ocidental iniciada, por volta do século VI a. C.,² ocupada com questões cosmológicas. Ao reconhecer que a história da sua constituição integra o aprofundamento dos problemas morais no decorrer dos séculos, queremos fazer esse registro sem desconsiderar o que parece ser o desafio fundamental do homem de hoje que é a construção de um sentido pessoal de vida, problema essencialmente ontológico, mas cuja concretização pede a adequação do modo de viver ao universo axiológico atual.³

Além das contribuições vindas da Antiga Grécia acima indicada, a tradição judaico-cristã é outra fonte da ética ocidental. Essa tradição tem origem nos primórdios do povo judeu com a lei mosaica que serviu de guia moral para sua organização (CARVALHO, 2010, p. 30):

O código mosaico orienta a relação do homem com Deus do seguinte modo: não terás outros deuses, não fará imagens divinas e nem as adorarás. As regras disciplinavam também o convívio social: honrarás pai e mãe, não matarás, não cometerás adultério, não furtarás, não darás falso testemunho contra teu próximo. O cumprimento das normas, à parte do destino religioso do crente, era também cobrado na vida social.

Essas regras foram a base da síntese realizada nos evangelhos como orientação para os cristãos e base da fraternidade universal. Jesus de Nazaré comentou que não veio mudar a lei contida no Primeiro Testamento, mas atualizá-la ou dar-lhe uma forma mais próxima do seu real significado. Os mandamentos mosaicos são de enorme simplicidade porque parecem óbvios, embora, quando se pensa sobre eles, revelam grande profundidade pela

² Ordinariamente consideramos que a ética como disciplina filosófica tenha se consolidado com o trabalho de Aristóteles (-384 a.C. -322 a.C.) especialmente com o livro *Ética a Nicômaco*.

³ Essa temática é o assunto central da obra *O homem e a filosofia, pequenas meditações sobre a existência e a cultura*. Ali esse assunto foi assim resumido (CARVALHO, 2018, p. 63): “Apontou-se que a singularidade existencial ganha compreensão no confronto com a cultura, quando incorpora elementos da subjetividade fenomenológica. Os valores estão na cultura, mas não se impõem sem a adesão pessoal e mesmo quando ela existe não esgota a construção do sentido. Mesmo sendo referência para o sentido, a existência permanece aberta como possibilidade de ressignificar o futuro e conjecturar sobre o mundo, em meio aos limites que o homem não pode superar: de conhecer e do viver.”

extensão de comportamentos que abrange. Sobre isso já se comentou (JASPERS, 1993, p. 108):

Maravilha de simplicidade clareza e profundidade para todos os tempos, o conteúdo dos dez mandamentos é, de uma só vez, revelado e capaz de convencer o homem enquanto homem. Falam à conveniência através da razão, levantam-se sobre a paixão, a violência, o instinto, o capricho. Dando-lhes obediência, o homem concretiza sua liberdade existencial.

Vamos, neste artigo, apresentar como ocorreu historicamente o aprofundamento do debate ético e sua aproximação dos desafios que a vida impôs ao homem no decorrer da história. Não há como esgotar todos os modelos éticos do ocidente, mas pretende-se comentar alguns que parecem importantes para o aprofundamento dos problemas morais e para o desenvolvimento da problemática ética. Isso traduz o entendimento de que o desenvolvimento dos modelos éticos é uma resposta aos problemas filosóficos, mas também às variações da vida que trazia novas questões nas andanças da História.

2. Modelos éticos e sua presença na origem da tradição filosófica

Os historiadores da filosofia mostraram que a Filosofia se desenvolveu no mundo grego para ocupar o vazio deixado pelos deuses do Olimpo. A origem da filosofia por volta do VI século a. C. se dá quando aquela geração de gregos começou a duvidar das crenças antigas (ORTEGA Y GASSET, 1997, p. 770): “começaram a não crer efetivamente há aquilo que as opiniões diziam haver. Por exemplo, os deuses e tudo o que deles vem: os direitos políticos por graça de Deus, os deveres e as normas, os conselhos oraculares, etc.” Como reconheceu Ortega, deveres e normas precisaram de outra justificativa que não a vontade dos deuses.

O primeiro modelo ético, que corresponde ao modo como o homem grego entendeu o problema moral, numa realidade vazia de deuses, é atribuído a Aristóteles e trata de como se pode alcançar uma vida boa ou chegar à felicidade. Aristóteles compilou os problemas da vida prática e pensou os princípios teóricos em que se baseavam. Não se pode dizer que, conforme aquele filósofo, o ideal ético da felicidade equivalesse a prazer, mas a realização daquilo que era necessário para atingir a felicidade. Para ele, uma vida assim, era uma vida racional e, portanto, à parte de todas as tarefas importantes que o homem faz como guerrear ou trabalhar, o que é de mais caracteristicamente humano é a vida teórica ou reflexiva. Para essa o homem devia se preparar.

Se a vida humana devia consistir em buscar a felicidade, entendida como uma boa maneira de viver na Polis, a ela se chegava, segundo o filósofo, com a prática de virtudes. As mais excelentes eram as intelectuais, embora as morais fossem também essenciais para a felicidade. E essas virtudes se alcança pela busca do justo equilíbrio entre extremos, por exemplo (CARVALHO, 2010, p. 32):

“coragem é o justo meio entre a covardia e a temeridade, e a liberalidade o justo meio entre a prodigalidade e a avareza.”

O objetivo da vida moral era a repetição das virtudes que através desse processo de fazer novamente as escolhas formavam o caráter prático do cidadão. Havendo nascido associada à problemática política, a discussão ética logo dela se afastou.

Uma variação desse modelo é a ética estoica que poderia ser apresentada como um outro modelo ético, próprio de um tempo em que a sociedade grega encontrava-se sobre domínio romano. Esse outro modelo ético (id., p. 33):

Também considera a felicidade o bem supremo e avalia que a verdadeira natureza do homem é a racionalidade. O estoicismo consiste numa escola ética importante e proclama que os bens da vida podem ser desejados, mas não tem o valor próprio das virtudes. Delas, a conformidade racional à ordem das coisas é o que há de mais importante. Como modelo ético acaba ganhando projeção quando se mistura com a moral cristã no início da era cristã.

O que caracteriza a ética estoica é que a obediência à razão se somava a redução do valor atribuído à realidade exterior como, por exemplo, a aparência física, a fortuna, a saúde, a dor, etc. Em outras palavras, se a circunstância externa era particularmente tortuosa era preciso uma atitude íntima de coragem para enfrentar essas dificuldades, relativizando o peso dessa áspera realidade exterior para a felicidade humana.

Com a queda do Império Romano e o início da Idade Média houve um fenômeno cultural importante para o ocidente. A moral estoica se aproximou do cristianismo, compondo uma primeira síntese entre a tradição moral que vinha da antiga Grécia e a moral que vinha do oriente próximo no judaísmo cristão. Ortega ensinou que quando a vida cobra novas respostas o homem precisa formular uma nova forma de ver o mundo. A vida coloca os problemas e a reflexão filosófica procura responder (ORTEGA Y GASSET, V. v, 1994, p. 76):

Um excesso de sobressalto, uma época de muitas alterações submerge o homem na natureza, animaliza-o, barbariza-o. Isso acontece gravemente na crise maior da história, no fim do mundo antigo. A cultura romana, sobretudo aquela etapa talvez a mais alta que viveu até agora a humanidade, aquele século dos antoninos em que um imperador com a barba à moda estoica, Marco Aurélio, o homem melhor de seu tempo escrevia um livro intitulado *Para si mesmo* – com símbolo de que a humanidade passava por um auge de ensimesmamento – sucede logo a barbárie.

Com as invasões bárbaras e a desorganização completa da vida cultural no antigo Império Romano era ainda importante suportar com coragem as

mudanças externas, conforme ensinaram os estoicos gregos, mas agora com uma justificativa nova, o uso do outro mundo como componente moral. Para a moral cristã que chegava ao Império Romano, a vida verdadeira era a que seria alcançada no outro mundo, ao lado de Deus. A vida terrena era um lugar de provação e sofrimento dos quais nem o filho de Deus se livrou. Então temos um novo modelo ético onde o enfrentamento corajoso das dores e dificuldades da vida mundana era um caminho para obter uma vida feliz no outro mundo. A mistura das duas tradições criou um novo modelo ético.

A mais representativa formulação dessa síntese entre a tradição cristã e a grega, no mundo medieval, foi atribuída a Santo Tomás de Aquino e se consolidou refazendo o diálogo da tradição judaico-cristã com Aristóteles. O modelo ético que aí surgiu acabou justificando práticas que foram além dos propósitos do filósofo. Para entender o que isso significa basta lembrar o que ocorreu com a chamada moral tridentina e o ensinamento cristão nos tempos da chamada Segunda Escolástica, que teve tanta importância cultural na península Ibérica.⁴ O que resultou daí? A justificativa para a tortura e práticas violentas da Inquisição. Um modelo ético favorecendo uma visão unilateral da pessoa, subordinando a vida terrena à celestial, acabou justificando atitudes inaceitáveis para a moral cristã. Isso incluiu queimar pessoas vivas ou a torturar cruelmente, desde que permanecesse assegurada, para a vítima, a salvação eterna, isto é, o retorno do desviado à Igreja e a adequação de sua conduta ao ideal por ela preconizado. Em outras palavras, a felicidade verdadeira era a salvação da alma para Deus e se para conseguir tal intento fosse necessário fazer padecer o corpo isso não era problema.

⁴ Como se encontra em *Meditação sobre os caminhos da moral na gênese do tradicionalismo luso brasileiro* a discussão moral realizada no Império Português no chamado segundo ciclo do movimento contrarreformista (CARVALHO, 1995, p. 83): “voltou-se quase exclusivamente para o projeto restrito, o controle de qualquer efeito não intencional da conduta, ou melhor, a se concentrar na conquista das virtudes que levariam à paz interior após a morte”. Se a moral tridentina, antes disso, foi relativizada pela aproximação com os ideais humanistas da renascença, radicalizou-se nessa ocasião com a pregação de Frei Antônio das Chagas (1631-1682), autor de *Cartas espirituais* e Pe. Manoel Bernardes (1644-1710), que escreveu *Estímulo prático para seguir o bem e fugir do mal*; Pe. Manoel Fernandes, autor de *Alma instruída na doutrina cristã*, Pe. Antônio Vieira, notável escritor dos *Sermões* e Frei Sabino Bononiense, que escreveu *Luz moral*. Os discursos morais desse período identificaram felicidade e salvação. O modelo ético em questão afunilou, porque toda a vida terrena ficou menosprezada em vista do fim a ser alcançado. Nada desse mundo valia a pena verdadeiramente. Os moralistas acima mencionados promoveram uma idealização do princípio da salvação. O que era no modelo ético de Aristóteles (384 - 322 a.C.) vida interior e para René Descartes (1596-1650) fenômeno passivo do espírito, foi condenado como rebeldia. As paixões, afirmaram estes moralistas, confundem o homem e alteram seus objetivos mais importantes. Logo era preciso renunciar a vida e os prazeres desse mundo, notadamente a riqueza e o sexo. O resultado foi que todos os aspectos da vida laica foram relativizados em vista da salvação. Estas análises permitem concluir que (PAIM, 1999, p. 33): “Em nome da Contrarreforma foram reintroduzidas as teses da escolástica clássica e abandonados os intentos reformadores do século XVI iniciados por Pedro da Fonseca (1528-1599)”.

O modelo ético tomista apontou a pessoa humana como o mais alto valor da sociedade, mas o aspecto mais importante da pessoa era a alma imortal criada por Deus para a eternidade. O que daí se concluiu foi que o corpo era menos importante e não poderia ser empecilho para a conquista da salvação. Pouco importava os desaforos que lhe fossem feitos, considerados insignificantes diante dos riscos da condenação e do sofrimento eterno. Note-se que, nessa interpretação, há outros elementos além daqueles que estavam na primitiva aproximação do estoicismo com o cristianismo no início da Idade Média e parece ir além do propósito de Santo Tomás.

Também a modernidade não se iniciou sem crise e ela colocou em cheque o modo de vida medieval e a compreensão unilateral da vida humana. O racionalismo e a subjetividade do cartesianismo surgiram como novas referências de compreensão do mundo e estabeleceu uma nova antropologia. Essa deu origem a outros modelos éticos como o racionalista e o empirista.

A sociedade moderna conservou os valores medievais, especialmente a pessoa humana, mas a olhou de forma mais ampla valorizando a vida terrena e os compromissos humanos. O melhor exemplo de modelo ético surgido na modernidade foi o kantiano, ocupado com questões práticas e imediatas da sociedade europeia do século XVIII. Para Kant uma ação é boa se for escolhida em obediência às determinações da razão. O imperativo kantiano tem como pano de fundo a tradição cristã, mas a obediência da lei moral é exigência da razão. Esse modelo ético reflete um tempo que reconhece a razão como guia seguro da existência. Ao escolher o bem é possível que a pessoa admita a existência de Deus como elemento íntimo de certificação, mas agir eticamente não depende da expectativa de prêmio futuro a ser obtido junto de Deus, como propunha a ética cristã medieval, mas da necessidade de obedecer a regra racionalmente reconhecida. Expliquemos melhor o assunto.

Nesse modelo ético a lei reconhecida pela razão precisa vir acompanhada da boa vontade que permita a pessoa escolher adequadamente conforme a lei. Do contrário pode não ter o componente moral desejado, uma razão objetiva, fria e precisa pode levar a um comportamento interesseiro e calculista, por exemplo. Assim para explicar o conceito de boa vontade, Kant (SOUZA, 2012, p. 112): “encara o conceito de dever, que contém em si o próprio conceito de boa vontade (...) dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei”. Com tal formulação Kant descartava uma ação que, embora aparentemente moral, era feito por outra finalidade que não o de cumprir a lei moral, obter uma recompensa no céu por exemplo. Assim, uma ação moral não depende somente do propósito, mas do princípio do dever.

Nunca é pouco destacar o contexto em que surgiu esse modelo ético e os problemas que ele procurou resolver (CARVALHO, 2010, p. 36):

Na compreensão protestante que vigorava na Alemanha quando nos dias de Kant, a pessoa não está segura da conquista da

salvação ou da felicidade eterna através de práticas religiosas, mas ainda assim deve escolher fazer o bem direta e solitariamente. Assim, a pessoa em causa precisava de um modelo para ser seguido, um modelo construído racionalmente que Kant denominou de “sábio estoico”. Para esclarecer quem é este sábio, respeitando o valor nuclear da tradição cristã, Kant reordenou os Dez Mandamentos e concebeu um ideal de homem. Trata-se da pessoa humana que é um fim em si mesmo e não pode ser usada como meio para se obter o que quer que seja. Kant criou o imperativo categórico, uma fórmula racional de reconhecer que o homem é o maior valor com que temos permanentemente que lidar. O *imperativo categórico*⁵ fecha seu pensamento e mostra como o problema da escolha é enfrentado, no plano filosófico. Na escolha da lei moral é que reside a liberdade humana, porquanto é necessário resistir às inclinações de nossa condição animal. Assim ocorre porque os elementos não racionais não possuem consistência e não são obrigatórios. Uma ordem moral, assim parece a Kant, não pode ser fundamentada em elementos que não são obrigatórios, o que não significa que seja necessário suprimir as inclinações para que uma ação seja considerada moral. O que Kant pretende é estabelecer as condições para que uma ação possa ser aceita como moral.

Pelas questões postas, defesa da liberdade, da razão, da consciência subjetiva, Kant concebeu o grande modelo ético da modernidade, como Santo Tomás fizera da Idade Média.

O século XX assistiu o surgimento de um novo modelo ético onde o valor tomou o lugar da preocupação com o bem. Isso permitiu um olhar mais objetivo para as ações morais. Como se processou essa mudança? (id., p. 37):

Escolher passou a significar agir para obter um valor. O valor foi reconhecido por possuir realidade própria, embora houvesse quem o interpretasse à luz das motivações humanas. Estamos no primeiro grupo. Tratamos os valores como objetos próprios ao aproximá-lo das escolhas feitas pelo sujeito concreto. Há uma realidade singular típica dos valores que garante sua validade contra o niilismo, isto é, a vida tem exigências válidas capazes de orientar nossa existência. Numa perspectiva nova podemos dizer que ao reconhecer valores ninguém se torna virtuoso. Assim como na formulação de Kant é preciso respeitar o imperativo categórico em cada escolha.

Essa reorientação do debate ético tem origem nas críticas feitas por Edmund Husserl a uma sociedade pautada na ciência e na sua forma de pensar positivista que levava o ocidente a uma crise sem precedentes.⁶ Não se tratou

⁵ A lei fundamental da razão pura prática é (KANT, 2006, p. 47): “Age de tal maneira que a máxima de tua vontade possa sempre valer ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal.”

⁶ Essa crise já foi assim resumida na introdução que Zilles escreveu para *A crise da humanidade europeia e a filosofia* (HUSSERL, 1996, p. 38): “Para Husserl, a existência da crise é um fato do qual se deve tomar consciência. Esta crise se refere às ciências europeias e ao homem europeu, refere-se a Europa como

de desprestigiar a ciência enquanto conhecimento do mundo, mas se abrir para outras possibilidades no enfrentamento das questões morais, evitando a racionalização das certezas propagadas pelo neopositivismo ou a noção de neutralidade axiológica estimulada pela prática da ciência natural. Também foi fundamental o emprego do método fenomenológico proposto por Husserl, pois ao sugerir um caminho para os impasses entre o idealismo e realismo, o criador da fenomenologia permitiu trabalhar os problemas éticos de forma diferente dos modelos anteriores. Essa nova atitude cuidou de abordar singularmente valor e a liberdade (CARVALHO, 2005, p. 50):

O emprego do método fenomenológico para investigar os problemas éticos é especialmente importante porque questões relativas a valor e a liberdade de escolha não são redutíveis ao método empírico-indutivo usado no estudo da natureza. Por outro lado, o uso da fenomenologia é uma alternativa para a abordagem formal da ética, deixada por Immanuel Kant no emprego do imperativo categórico, pois para Scheler o que importa nesses casos são ações construídas segundo valores e elas são objetivas, foram construídas ao longo do processo histórico.

Portanto, coube a Scheler construir o mais consequente modelo ético empregando a fenomenologia de Husserl. Além da maior objetividade no exame da conduta, o modelo ético de Scheler trata da experiência dos valores, reconheceu a historicidade de sua constituição e permitiu trazer a experiência moral para a situação concreta (REALE, 1999, p. 16): “conforme a acepção lata da palavra experimentar, pode ela nos conduzir a distintos modos de compreensão ética relacionados com dados empíricos ou pragmáticos, sem que os atos decisórios percam a autonomia.” O reconhecimento da autonomia das escolhas morais realçou a responsabilidade ou a consequência das ações indo além da escolha formal da lei moral, desconsiderando os resultados dessa opção.

Scheler realçou a liberdade e a responsabilidade das escolhas colocando a experiência dos valores como questão central da ética. Essa experiência não era propriamente uma reprodução interna das impressões do mundo natural, mas uma vivência dos valores realizada durante as escolhas morais. Talvez a forma que melhor traduza essa compreensão de Scheler seja a forma de experimentar valores no sentido comentado por Miguel Reale (id., p. 15):

Experimentar, (não é experimentar o mundo natural), ao contrário, além de se referir mais propriamente ao mundo do homem ou da consciência, guarda um sentido originário de

maneira espiritual de ser, ou seja, à Europa como ente cultural: “(...). Trata-se de uma unidade de vida, de uma ação, de uma criação de ordem espiritual, incluindo todos os objetivos, os interesses, as preocupações e os esforços com as instituições e as organizações.”

vivência direta da realidade, de algo que é posto ou pelo menos pressuposto como sendo distinto, mas não separável, da pessoa que a observa e examina.

Tal experienciar ocorre numa situação concreta, mas depende da forma singular com a qual o sujeito vive essa experiência. Assim, nem a pessoa que escolhe, nem o objeto escolhido num momento, podem ser considerados isoladamente, sem ponderar sobre o outro aspecto. Cada escolha revela a preferência por um valor, presente em cada ato moral e não apenas a exigência de seguir uma lei universal como preconizara Kant. (CARVALHO, 2005, p. 52):

A ética deixa de ter como núcleo central o princípio universal, concebido à parte da apreciação pessoal, mas envolve os estados afetivos observados no ato intencional. É verdade que nem todos os atos emocionais possuem caráter intencional; os sensoriais, por exemplo, não o têm. Têm, contudo, os relacionados à vida humana mesmo. A percepção dos valores ocorre na combinação dos estados emocionais e cognitivos e sua origem são os sentimentos de amor e ódio, uma bivalência radical que o filósofo encontra em cada existente. Essa base emocional permite que o homem identifique a superioridade *a priori* de alguns valores, o que ele confirma intuitivamente e através da comparação intelectual.

Nesse modelo ético é o valor que orienta a pessoa, antes que o fato possa ser analisado, sendo o valor o dever ser, ou a orientação ideal que pede a sua realização.

O valor é um tipo específico de objeto da consciência, diferente dos objetos ideais ou reais. Sua realidade decorre de valerem, não de representarem uma realidade ou de marcarem um ponto intelectualmente ideal, por isso a experiência moral é diferente da experiência de conhecer algo com a qual a ciência valida suas leis ou raciocínio lógico deduz seus resultados.

Para Scheler, os valores morais formam uma hierarquia para cada pessoa, uma estrutura que ele denomina *ethos* e caracteriza não somente os indivíduos, mas os grupos. Esses valores indicam tipos ideais de pessoa (id., p. 55):

Scheler compõe uma tipologia ética que sistematiza os valores fundamentais da hierarquia e chega aos seguintes modelos: o *fruidor*, tocado pelos valores sensoriais, alegria, tristeza, prazer; o *técnico*, que vive em função do que é útil ou danoso; o *herói*, estimulado pelos valores vitais; o *gênio*, guiado pelos valores culturais; o *artista*, pelos estéticos; o *legislador*, pelos ético-jurídicos; o *sábio*, pelos especulativos; e o *santo*, pelos religiosos.

Cada pessoa identifica em si os valores que lhe parecem mais importantes e atraem suas escolhas. Isso a faz identificar-se mais com um dos tipos descritos na hierarquia. Esses valores fornecerão as características da pessoa, mas ela geralmente se enriquece quando a pessoa ama, então ela se abre para os conjuntos de valores de uma outra pessoa e isso a enriquece e lhe permite vivenciar um outro valor concebido pelo amado.

Ao considerar a experiência moral como o núcleo da ética, Scheler indicará ser a consciência a responsável pela relação entre a escolha e os valores. Esses últimos não dependem estão sustentados na consciência, mas nos sentimentos; dos quais o fundamental é o amor. O que decide a escolha ética é o amor. A consciência frequentemente limita as escolhas orientando que determinadas ações não sejam praticadas; mas não é por essa referência negativa que as raízes morais da tradição ocidental se guiam, especialmente o judaísmo cristão (id., p. 57/8):

A ética dos valores elaborada por Scheler dá ao amor uma significação verdadeiramente especial. O amor é espontâneo e não pode ser objeto de mandamento, ele não impõe obrigação, mas aquele que ama se entrega aos valores que defende. A mensagem evangélica tem essa característica, a relação com o outro não é regulada por regras imperativas, mas pela entrega completa, pela dedicação a quem se ama. Por consequência, não é necessário referir-se a prêmios, quem não cumpre as indicações morais perde contato com a maior fonte de alegria e bem-estar, o afastar-se dos valores é fonte de profunda infelicidade. Para Scheler, nenhuma instância moral é capaz de oferecer maior prêmio que a intensa felicidade emocional nascida do cumprimento da moralidade, nem pior castigo que a tristeza ou desilusão que ocorrem quando se deixa de buscar os valores.

Sendo decisivo o papel do amor nas escolhas ele coloca em evidência a dimensão do sagrado como orientador de um certo propósito de vida. Não se trata de especular sobre a natureza de Deus, questão recusada desde as interdições feitas por Kant. O que o moralista destaca é a experiência do sagrado como representação de uma ordem transcendente, critério para que o sujeito organize seu *ethos*. A experiência de Deus foi tema do livro *O eterno no homem*. Nessa obra, o filósofo procurou recuperar a transcendência deixada de lado pela antropologia moderna e pelo positivismo. E a abertura a essa questão filosófica do ser sugere o encontro com um Grande Ser⁷ com o quem a relação se reveste

⁷ Na terceira e última parte da sua mais conhecida obra *Eu e Tu*, Martin Buber incorporou essa ideia de relação experiencial com o Grande Tu mencionada por Scheler. Na avaliação de Buber isso abre para o homem a dimensão do sagrado, o que também comentou Scheler. Apesar das diferenças entre os dois pensadores, Buber assumiu de Scheler a compreensão de que o possível é a experiência de Deus e não qualquer tentativa de compreendê-lo. Em outras palavras (CARVALHO, 2017, p. 211): “Buber não especula sobre a natureza de Deus, não pretende dizer nada sobre Ele. Refere-se Àquele que aparece na relação dialógica com o homem, conforme esclarece von Zuben no artigo *Tu eterno e religiosidade no pensamento*

de sacralidade, estendendo-se o problema metafísico para a dimensão teológica.

O modelo ético construído por Max Scheler inaugurou um novo momento de estudos dos problemas morais, por isso esse modelo é importante para o homem contemporâneo. Adicionalmente, ele permitiu enfrentar o ceticismo axiológico que ganhou força na primeira metade do século passado, um tempo de massas descomprometidas da excelência nas ações e dos valores. Essa massa, além de participar de Grandes Guerras mundiais viu o maior genocídio da história humana nos campos de extermínio dos nazistas. Na sua prática o nazismo desconsiderou os valores mais altos de nossa cultura e indicou vidas humanas pouco dignas.

O modelo de Scheler sugere a autonomia da axiologia, desvinculando-a da metafísica, ao contrário do que havia consagrado a tradição filosófica desde a antiga Grécia. Por isso, suas considerações sobre a ética são fundamentais para nosso tempo.

3 A renovação moral da excelência das ações, o compromisso pessoal com a missão existencial

O modelo ético da experiência moral e os estudos sobre fenomenologia da relação, especialmente os realizados por Martin Buber, permitiram pensar uma nova forma de compromisso com a excelência moral pelo respeito ao que se é no núcleo mais íntimo do eu. Parece que a contribuição mais significativa dessa forma de abordagem, no campo filosófico, tenha sido a formulada por Ortega y Gasset. Aquele filósofo, para quem as escolhas pessoais tinham, além do compromisso com os valores mencionados por Scheler, uma incumbência inicialmente ontológica de fidelidade a si mesmo, de compromisso com a singularidade existencial. (CARVALHO, 2005, p. 67/8):

Se a vida é um conjunto de escolhas, se ela se torna aquilo do que foi composta, então as escolhas que se faz adquirem importância, a vida é constitutivamente moral. Ortega insiste que estamos a todo momento escolhendo: decido entre ler um livro e assistir a um programa na televisão, entre fazer um passeio aqui ou ali, entre ir a um lugar passando por um caminho ou por outro, decido o que vou almoçar, onde vou fazê-lo, com quem e muitas outras coisas. O viver é fruto destas escolhas que fazemos todo o tempo. A liberdade tem, nesta orientação, um caráter metafísico. O homem é aquele que está obrigado a fazer uma trilha, não está obrigado a ser algo e pode ser diferente do que ele é em um determinado momento. Como a vida não está pronta, a liberdade é o caminho que cada um segue com suas escolhas. Esta possibilidade de liberdade acompanha o homem todo o tempo, ele não tem como renunciar a ela. Quando não

de Martin Buber (2015, p. 944): “não há interesse em saber o que Deus é. Buber tenta mostrar o eterno Tu a quem os homens podem falar e que sentem que lhes fala, numa relação imediata”.

age livremente, escolhe agir assim, se entrega o poder de decidir o que fazer a outro, é ele quem faz a entrega, é ele quem consente em que assim seja.

A moral, no modelo de Scheler, é um compromisso entorno a valores com os quais a pessoa se relaciona como seu grupo social, mas Ortega y Gasset deixa um espaço decorrente do compromisso que temos com nossa vida pessoal, de ser fiel a nossa vocação, ao que somos no mais íntimo de nós. É claro que essa vocação leva em conta os valores sociais, ela não se realiza contra o que é legítimo na sociedade. A vocação tem finalidade social, ela contribui para o desenvolvimento da cultura.

O mundo moderno não propôs, logo no início, um humanismo sem Deus, também não deixou de reconhecer a pessoa humana como o núcleo da moral, mas a laicização da cultura, ocorrida durante a modernidade, revisou a condição humana. O homem não perdeu a dignidade que os filósofos descobriram ainda na Idade Média; mesmo Kant a preservou. Ele abriu a possibilidade de uma justificação racional dessa dignidade, que evoluiu para tratar o mundo distanciado da transcendência. Ao refletir sobre os rumos da antropologia moderna, Ortega y Gasset identificou, como característico, um humanismo sem Deus. Esse humanismo distanciou o homem da transcendência. O pensamento alemão começou a desenvolver concepções onde Deus foi deixado de lado. Nietzsche resumiu essa mentalidade dizendo que Deus morreu e Freud completou o assunto dizendo que Ele era uma projeção da consciência humana. Freud ainda considerou que a procura pelo sentido era neurose.

Ortega reconheceu, como Scheler, a objetividade dos valores e inseriu esse tema na vida da sociedade. Assim, a preocupação com a excelência da vida social aproximou-se do problema do sentido da vida e do esforço de cada homem em encontrar uma razão para viver como já se chamou atenção (id., p. 93):

O século XX tem seus desafios e problemas, todas as épocas da história tiveram os seus. O homem encontra novos problemas para continuar a viver. Este tempo começou com o acirramento dos conflitos, intra e internacionais, com o fortalecimento dos governos totalitários, com a despreocupação com os homens concretos. Curioso é que foi o individualismo irresponsável que acabou levando a este estado de coisas, à despreocupação com o sentido do viver, emenda o filósofo.

Ortega y Gasset indicou, portanto, que o compromisso ético com a sociedade tem embutido o compromisso do indivíduo consigo mesmo e que a questão ontológica fundamental de viver com autenticidade possui implicação moral. Isto é, o problema do sentido, numa axiologia como a orteguiana, tem consequências morais. Isso foi notado por alguns dos comentadores de Ortega (ARAÚJO, s. d., p. 9):

Caminhante entre o nascimento e a morte, inquieto e imerso numa circunstância de coisas silenciosas, qualquer ser humano

se vê a braços com a inexorável tarefa de construir um significado mais ou menos pleno para a sua intransferível vida, ao mesmo tempo que esboça explicações para o enigma cósmico, que o envolve. É todo um imperativo de lucidez que o anima, visto que somente assumida desta maneira, poderá a vida ser melhor vivida, sem que, não obstante, desapareça por completo o caráter de fracasso que também a reveste.

Luís Araújo observa no ensaio *Ortega y Gasset, perfil ético de uma filosofia*, que o filósofo espanhol antecipa as questões sistematizadas nas filosofias da existência e que da forma como tratou o assunto (id., p. 59): “a vida humana assim perspectivada é constitutivamente uma plena aventura moral, já que cada ser humano, na invenção permanente de um projeto existencial não lhe é possível alhear-se da promoção de valores.”

Além disso, não há como desconhecer que ao tratar a vida como o grande problema a elucidar, Ortega não deixa de dizer que o homem é o maior valor da cultura, questão fundamental para quem se debruça sobre os modelos éticos do ocidente. E na forma de viver e buscar a fidelidade íntima, sem desconsiderar os valores culturais, cada homem se vê diante do problema moral de que não se pode desprezar valores culturais como verdade, beleza e bondade, nem vitais como sinceridade íntima, impetuosidade e deleite.

Assim, ao focar na realização de valores, associados ao ato de viver numa dada sociedade, Ortega dá um perfil ético a sua ontologia, pois essa oferece um roteiro de ação num tempo de massas descomprometidas com a excelência pessoal.

4 Desdobramentos do sentido como compromisso pessoal

Ao examinar, dessa forma muito geral, a evolução dos modelos éticos ocidentais indicou-se que eles se modificaram conforme mudaram as exigências dos tempos históricos. Na contemporaneidade a excelência moral tornou-se experiência íntima de valores e depois compromisso consigo mesmo associado a esses valores.

As consequências morais das ontologias de Ortega y Gasset e filosofias da existência, isto é, a ideia de compromisso íntimo de ser si mesmo, encontrou abordagens psicológicas interessantes, das quais um exemplo é a análise existencial do filósofo e psiquiatra Viktor Frankl.

Frankl incorporou em seus estudos psicológicos as referências antropológicas da teoria dos valores de Max Scheler. Ele escreveu (FRANKL, 1990, p. 118): “fui despertado do sono, despertado do psicologismo. Picou-me o conhecido Max Scheler, cujo *Formalismo da ética...* eu levava comigo feito uma bíblia”.⁸ Como dito anteriormente, Scheler tratou os valores na situação

⁸ O psiquiatra também se refere a Scheler em seu livro de Memórias de modo parecido (FRANKL, 2010, p. 71): “Por esse tempo, enxerguei definitivamente meu próprio psicologismo. Fui totalmente sacudido por

concreta, atualizando o modelo ético de Kant que determinava o cumprimento da lei independentemente da situação vivida. Isso permitiu a Frankl esclarecer que quando um prisioneiro roubava uma batata no campo de concentração para saciar a fome isso não era errado pois se destinava a assegurar a vida tão severamente ameaçada. E trazer o problema moral para a situação vivida não significa relativismo axiológico, pois roubar não é correto quando a vida não está em risco.

Nas escolhas que faz, Frankl repete Scheler. Ele considera que na escolha dos valores o sujeito se guia por uma intuição inconsciente, conforme afirma no texto que se segue (FRANKL, 2017, p. 30): “a consciência moral revela-se como função essencialmente intuitiva. A fim de antecipar aquilo que irá realizar, a consciência deverá primeiramente intuí-lo, nesse sentido, portanto, (...) é irracional e apenas posteriormente racionalizável”.

Na revisão que realiza do modelo ético kantiano, Frankl deu importância ao sentimento, embora não ao sentimento em si, considerando seu impacto mais forte que a escolha racional.⁹ Ele entende que é a objetivação dos valores na cultura que produz as grandes obras humanas. Uma tal compreensão dos valores na criação cultural afasta-o não apenas do kantismo e de outros modelos éticos da tradição, mas da interpretação psicanalítica segundo a qual a criação cultural resulta da sublimação dos instintos. Frankl abriu, assim, espaço para uma dimensão inconsciente não reconhecida por Freud, o inconsciente espiritual (id., p. 36): “quando o eu (espiritual) penetra numa esfera inconsciente, como sendo a sua base, podemos falar respectivamente, de consciência (...), amor ou arte”.

O aspecto mais importante a destacar da contribuição de Frankl ao tema da fidelidade a esse núcleo íntimo da personalidade, mencionado por Ortega, é a descoberta do inconsciente espiritual. Então, na psicologia de Frankl, a fidelidade ao núcleo íntimo do eu será trabalhado através da descoberta do sentido, que normalmente encontra-se oculto no inconsciente espiritual. E a fidelidade a esse núcleo íntimo que precisa ser considerado na ontologia orteguiana para assegurar a vida autêntica virá, para Frankl, com a descoberta do sentido. Sem reconhecer o propósito da vida, que se encontra no inconsciente espiritual, o sujeito viverá na inautenticidade dos existencialistas, mas também poderá desenvolver um tipo de sofrimento psíquico que Frankl denominou de neurose noogênica. Ele dirá, como Ortega, que não podemos deixar de considerar nossa vocação singularíssima. Sem ela deixamos de realizar um aspecto importante de nossa humanidade, aquilo que nos distingue de todos os demais homens e nos vincula a todos eles (BRESSER, 1990, p. 91): “A

Max Scheler, e carregava seu livro *Formalismo na ética* como uma Bíblia. Estava na hora de uma autocrítica do meu próprio psicologismo”.

⁹ Como sabemos para Kant uma escolha somente é moral quando obedece ao imperativo da razão. (KANT, 2006, p. 27): “A razão, numa lei prática, determina a vontade a vontade imediatamente e não por intermédio de um sentimento interpolado de prazer e dor, mesmo de um sentimento suscitado por essa lei e isso somente porque pode ser prática enquanto razão pura, o que lhe possibilita ser legisladora”

responsabilidade ou o ser responsável constitui o conteúdo e a garantia da natureza espiritual do homem, a essência de sua dignidade e expressão do autêntico humanismo.”

5 Considerações finais

Podemos apontar algumas conclusões desse estudo. A primeira é que, ainda que, para alguns filósofos, moral e ética sejam idênticas, quando se examinam os diferentes modelos éticos da tradição ocidental é razoável diferenciar uma da outra. Se consideramos a ética filosófica como a análise racional das práticas morais, como fez Aristóteles, dizemos que a ética é uma meta-moral.

A segunda é que ao longo da história se pode identificar diferentes modelos éticos. Procuramos demonstrar que foram as alterações na história, sobretudo as grandes mudanças dos períodos de crise, que pediram novos modelos para o enfrentamento das dificuldades. Acompanha-se, nessa conclusão, o esquema de crises comentado por Ortega y Gasset no livro *Entorno a Galileo*, aplicando-o à sucessão de modelos éticos propostos como novas respostas aos problemas da vida.¹⁰ E quando muda o mundo e as formas de pensar elas já não atendem as necessidades de compreensão do homem, então ele precisa criar novas formas de entender a realidade e de saber como se comportar nelas. Creio que a sucessão de modelos éticos traduz esse esforço de compreensão da variação das regras morais na história da sociedade ocidental.

Uma terceira conclusão é que examinar os problemas éticos ao longo da história ajuda a entender não apenas a sucessão dos modelos, mas a identificar a moral judaico-cristã e a grega como as raízes dos diferentes modelos éticos ocidentais e a comprovar que da junção de ambas formou-se o valor nuclear do ocidente a ideia de pessoa humana.

Uma quarta e última é que a reorientação da moral nos termos da ética dos valores de Max Scheler e a noção de fidelidade íntima de Ortega y Gasset propiciaram uma revisão da ideia de excelência moral. Excelência passou a representar compromisso íntimo de fidelidade a si mesmo, assunto que ganhou abordagem psicológica com Viktor Frankl e sua teoria do inconsciente.

Referências

¹⁰ (ORTEGA Y GASSET, V. v, 1994, p. 109): “A situação em que o homem desespera da totalidade da sua vida pertence a uma classe que chamaremos de situações extremas, porque nelas o homem não se encontra ante si uma pluralidade de saídas, senão que está, como se diz, entre a espada e a parede. Sentido o caráter negativo, nulo da existência, intenta primeiro reagir ou resolver a sua situação retirando-se para um rincão dela no qual pretende se firmar-se, isto é, o qual rincão pretende afirmar.”

ARAÚJO, Luís. **O sentido existencial da filosofia**. Porto: Res editorial, s. d., 172 p.

BRESSER, Paul Heinrich. Responsabilidade e responsabilização – sentido da culpa. P. 89-98. VÁRIOS. **Dar sentido à vida, a logoterapia de Viktor Frankl**. Petrópolis: Vozes, 1990.

CARVALHO, José Mauricio de. Meditação sobre os caminhos da moral na gênese do tradicionalismo luso-brasileiro. p. 75-85, Lisboa: **Cultura**, Universidade Nova de Lisboa, v. VIII (2), 1995.

CARVALHO, José Mauricio de. Experiência moral e valores no pensamento ético de Max Scheler. p. 45-61. In: CARVALHO, José Mauricio de (organizador). **Problemas e teorias da ética contemporânea**. Porto Alegre: EDIPURS, 2005.

CARVALHO, José Mauricio de. **Ética**. São João del-Rei: UFSJ, 2010. 240 p.

CARVALHO, José Mauricio de. **Martin Buber, a filosofia e outros escritos sobre o diálogo e a intersubjetividade**. São Paulo: Filoczar, 2017. 259 p.

CARVALHO, José Mauricio de. **O homem e a filosofia, pequenas meditações sobre a existência e a cultura**. Porto Alegre: MKS, 2018. 338 p.

FRANKL, Viktor Emil. **A questão do sentido em psicoterapia**. Campinas: Papyrus, 1990. 157 p.

CARVALHO, José Mauricio de. **O que não está escrito nos meus livros**. São Paulo: É Realizações, 2010. 158 p.

HUSSERL, Edmund. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Introdução de Urbano Zilles. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. 85 p.

JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**. 9. ed., São Paulo: Cultrix, 1993, 148 p.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Scala, 2006. 191 p.

ORTEGA Y GASSET, José. Entorno a Galileo. **Obras Completas**. p. 9-164, v. V, 2ª reimpresión, Madrid: Alianza, 1994.

ORTEGA Y GASSET, José. Entorno a Galileo. Comentario al banquete de Platon. **Obras Completas**. p. 715-783, v. IX, 2ª reimpresión, Madrid: Alianza, 1997.

PAIM, Antônio. **Os intérpretes da filosofia brasileira**. Londrina: EDUEL, 1999. 235 p.

REALE, Miguel. **Variações**. São Paulo: GDR, 1999. 190 p.